

NOVO CONGRESSO: 'Queremos a maior celeridade possível para votar as medidas', afirma o presidente do Senado

Sarney quer mudar regras para acelerar reformas

João Paulo, porém, volta atrás e avisa que não pretende propor modificações no regimento da Câmara

Lydia Medeiros

• BRASÍLIA. A idéia de acelerar a votação das reformas constitucionais no Congresso ganhou um importante aliado. O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), admitiu ontem a possibilidade de modificar o regimento das Casas para facilitar a tramitação das propostas. A declaração foi feita após um encontro com o

"Usaremos todos os instrumentos regimentais à disposição para acelerar as reformas"

JOSE SARNEY

presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), que já defendera antes a adoção de um rito extraordinário para os projetos, sem determinar como seria esse processo. Ontem, no entanto, pouco

antes de ver Sarney, João Paulo afirmou que não pretende propor qualquer alteração nas regras em vigor. — Queremos a maior celeridade possível para votar as medidas que estão para chegar ao Congresso. Vamos usar todos os instrumentos regimentais à disposição para dar celeridade às reformas. No momento em que possa haver impedimento regimental de atraso desses projetos, nada

impede que se faça uma modificação nos regimentos da Câmara, do Senado ou do Congresso — defendeu Sarney.

João Paulo pregou rapidez nas votações e disse que o ideal seria discutir as propostas simultaneamente na sociedade e no Congresso. Negou, no entanto que pense em mudar a tramitação regimental dos projetos. Hoje, uma reforma na Constituição enfrenta

um longo processo em cada Casa, com passagens por comissões e duas votações na Câmara e outras duas no Senado.

— Até agora, nem eu nem qualquer pessoa pensou em mudança no regimento. Mas o regimento é passível de mudança e pode ser alterado se houver maioria para isso — disse o presidente da Câmara.

Apesar de não haver qualquer proposta formal para mudar as regras do jogo, a hipótese tem pelo menos um adversário, o PFL. O líder do partido no Senado, Agripino Maia (RN), disse que os prazos regimentais existem com sentido lógico, para que se estabeleça

o contraditório, para a apresentação de argumentos e para o debate de idéias.

— A posição do PFL é que qualquer prazo só pode ser quebrado com uma decisão unânime de todos os partidos. Mas desde já somos contra. O PT age de forma contraditória, porque, na votação de reformas constitucionais anteriores, um dos fatos que o partido mais usou foi a obediência aos prazos — disse Maia, aproveitando para reafirmar a crítica ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado pelo governo como espaço de debate dos projetos, antes do envio ao Congresso:

"Até agora, nem eu nem qualquer pessoa pensou em mudança no regimento"

JOÃO PAULO CUNHA

— O conselho é inconveniente ao processo democrático. É como encostar o Congresso contra a parede.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que o governo proporrá uma agenda ao Congresso no dia 17, quando o presidente Lula irá à sede do Legislativo. Ele negou o desejo de suprimir prazos para ganhar tempo e disse que acelerar as reformas

não pode levar à perda de qualidade do debate.

— O mais importante é fazer boas leis, que não sejam contestadas — disse.

No PMDB, a receptividade é maior. O líder Renan Calheiros (AL) defendeu a criação de comissões especializadas para antecipar as discussões. Dessa forma, acredita que o tema das reformas deixaria de ser responsabilidade exclusiva do

Executivo:

— Se anteciparmos o debate no Congresso, serão mais pessoas defendendo posições. No caso da reforma da Previdência, por exemplo, o ministro Ricardo Berzoini defendeu propostas, recuou, recebeu críticas, inclusive do próprio partido, o PT. Seria bom ter mais gente nesse debate — explicou Renan, afirmando que alterações regimentais são possíveis, desde que haja consenso entre os partidos.

Renan disse que acha possível encurtar os ritos, mas fez uma ressalva:

— É necessário o consenso, para que nenhuma legenda seja atropelada — ressaltou. ■



SARNEY E JOÃO PAULO no encontro em que trataram das reformas